

Leading Innovation
in ICT and Electronics

The cover features a photograph of a white antenna mounted on a metal tower. The antenna is positioned on a cobblestone rooftop next to a stone wall. The sky is a clear, bright blue. A large, semi-transparent orange banner is overlaid across the middle of the image, containing the title text.

RELATÓRIO E CONTAS 2019



Aprovado na Assembleia Geral de 2 de junho de 2020



01. MENSAGEM DA DIREÇÃO DO INOV

O ano 2019 correspondeu ao que pode ser uma nova etapa na vida do INOV. Com a assinatura no final de 2018 do contrato de Financiamento Base para as nossas atividades como Centro de Interface, aumentámos significativamente a nossa capacidade de investimento em I&D e Inovação, de melhoria de infraestruturas de investigação, de atratividade de colaboradores para tarefas científicas, entre outros. Foi com natural entusiasmo que nos lançámos na prossecução de estratégias e táticas que aguardavam uma oportunidade destas. Mantemos essa postura, mas (se não houvesse um mas...) aqui pelo meio começámos a sentir aquilo que já tínhamos imaginado e para o que já tínhamos gizado planos de contingência. É que as regras, inexistentes (de forma pública) no início, foram tomando corpo na forma de FAQs que fizeram caminho e trouxeram um cenário comum de *déjà vu* de interpretação da medida. O retorno e o impacto do financiamento deveria ser medido através da análise rigorosa dos resultados esperados e obtidos, como é regra em medidas congéneres europeias e como fora proposto, defendido e divulgado durante todo o processo pela própria tutela. Infelizmente esse espírito tem sido subvertido pela introdução de subregras casuísticas. É melhor que não ter, verdade, e compete-nos agora saber interpretar e lutar por aquilo em que acreditamos.

Também já com algum apoio da medida mencionada no parágrafo anterior, a nossa atividade em 2019 manteve-se pujante em termos europeus e de prestações de serviços, tendo ainda assistido a uma melhoria de resultados em projetos cofinanciados de I&D e Inovação nacionais. Olhando para os indicadores do nosso Sistema de Gestão da Qualidade vemos que o seu cumprimento foi o mote neste ano de 2019. Tudo em linha com os objetivos que traçámos de atingir patamares relevantes de proveitos no médio prazo, a que se alia um natural aumento do corpo técnico-científico, parcerias nacionais e internacionais, e melhoria de infraestruturas de investigação.

2019 viu ser lançada no seio das instituições do grupo INESC uma ação que acreditamos ser uma semente que trará muitos e bons frutos. Foi criado em Bruxelas um escritório de representação dos 5 INESCs com atividade de I&D (INESC Coimbra, INESC ID, INESC MN, INESC TEC, INOV), neste início com instalações alugadas e uma pessoa. O Ricardo Miguéis abraçou o desafio de fazer do INESC Brussels Hub um centro de afirmação dos INESCs como entidades de referência e excelência internacional em investigação e em inovação, com capacidade para contribuir fortemente para a sociedade, economia e políticas públicas.

Como melhorar as infraestruturas de investigação exige naturalmente melhoria de instalações, começou em 2019 um forte movimento no INOV com esse objetivo. Começou em Lisboa e teve desenvolvimentos em Leiria já em 2020. Em Lisboa, a concentração no Edifício Alves Redol permite melhorar substancialmente a

qualidade e a dimensão dos nossos espaços de I&D e até de descontração nos intervalos possíveis. Em Leiria, o IPL está em grandes movimentações nos espaços destinados ao I&D e estamos em forte interação com a escola visando novos espaços.

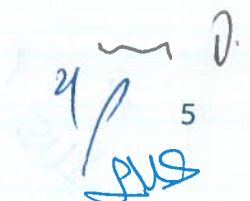
Em condições normais pararia por aqui a introdução ao que se passou de mais relevante no ano de 2019. Mas a dinâmica dos processos é complexa e este relatório é realizado quando já decorreu uma boa parte de 2020. E esse ano (e seguinte, seguramente) já sabemos que vai ser profundamente marcado pela pandemia associada à Covid-19. Estado de emergência, planos de contingência, teletrabalho, e tantos outros conceitos entraram de repente no nosso dia a dia. Aqui fica desde já uma nota de agradecimento a como toda a população INOV aderiu às medidas institucionais lançadas e manteve a atividade ao máximo nível possível atendendo às limitações internas e externas inevitáveis, incluindo as intervenções no exterior. Esta situação de pandemia terá seguramente alguns efeitos económicos (para além dos sanitários) que ainda é difícil antecipar, mas está nesta data a Direção convicta que não será de forma a afetar a continuidade da nossa atividade: encontramos-nos bem capitalizados para lidar com eventuais atrasos ou redução da atividade de alguns dos nossos clientes ou com percalços eventuais nas agências cofinanciadoras. Não antecipamos ter necessidade de recorrer a *lay off* ou a medidas mais drásticas. E o que desejamos é que todos vós e os vossos se mantenham com saúde.

A atividade desenvolvida no ano 2019 é resumida neste documento. A nossa Agenda Tecnológica e de Inovação em marcha tem excelentes indicadores de realização. O aumento da capacidade de investimento em diversas frentes proporcionado pelo apoio infraestrutural permitiu que conseguíssemos rapidamente atingir resultados interessantes, com forte impacto nos nossos objetivos de criar valor na cadeia de inovação, quer nacional quer internacionalmente.

A Direção agradece a todos os que em 2019 percorreram o caminho com o INOV: Associados, Clientes, Parceiros, Conselho Fiscal, Auditores Externos, imprescindíveis para este caminho que perseguimos e que nos estimulam a prosseguir a nossa visão de liderar a inovação em TICE com a missão de transformar conhecimento em valor.

E destacando os nossos inestimáveis Colaboradores, os verdadeiros obreiros, com o empenho e esforço que realizam. É na conjugação da atividade dos diferentes perfis que acolhemos, de estagiários a investigadores afiliados, passando por bolseiros e contratados, que conseguimos manter-nos na linha da frente da inovação recorrendo aos melhores resultados de investigação.

Fiquem bem, fiquem com saúde!

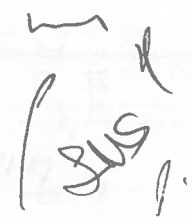
Handwritten signature in blue ink, with the date '21/05' written above it. The signature appears to be 'JUS'.

...a fim de garantir a sustentabilidade da organização e a qualidade dos serviços prestados. A gestão de pessoas é um dos pilares fundamentais para o sucesso de qualquer empresa, e a adoção de práticas modernas de gestão é essencial para atrair, reter e desenvolver talentos. A organização tem investido em programas de capacitação e desenvolvimento profissional, visando a melhoria contínua de suas competências e habilidades. Além disso, a promoção de um ambiente de trabalho saudável e colaborativo é fundamental para o engajamento e a produtividade das equipes. A organização também tem adotado práticas de diversidade e inclusão, visando a criação de um ambiente de trabalho mais equitativo e produtivo. A gestão de pessoas é, portanto, um dos pilares fundamentais para o sucesso de qualquer empresa, e a adoção de práticas modernas de gestão é essencial para atrair, reter e desenvolver talentos.

...a fim de garantir a sustentabilidade da organização e a qualidade dos serviços prestados. A gestão de pessoas é um dos pilares fundamentais para o sucesso de qualquer empresa, e a adoção de práticas modernas de gestão é essencial para atrair, reter e desenvolver talentos. A organização tem investido em programas de capacitação e desenvolvimento profissional, visando a melhoria contínua de suas competências e habilidades. Além disso, a promoção de um ambiente de trabalho saudável e colaborativo é fundamental para o engajamento e a produtividade das equipes. A organização também tem adotado práticas de diversidade e inclusão, visando a criação de um ambiente de trabalho mais equitativo e produtivo. A gestão de pessoas é, portanto, um dos pilares fundamentais para o sucesso de qualquer empresa, e a adoção de práticas modernas de gestão é essencial para atrair, reter e desenvolver talentos.

...a fim de garantir a sustentabilidade da organização e a qualidade dos serviços prestados. A gestão de pessoas é um dos pilares fundamentais para o sucesso de qualquer empresa, e a adoção de práticas modernas de gestão é essencial para atrair, reter e desenvolver talentos. A organização tem investido em programas de capacitação e desenvolvimento profissional, visando a melhoria contínua de suas competências e habilidades. Além disso, a promoção de um ambiente de trabalho saudável e colaborativo é fundamental para o engajamento e a produtividade das equipes. A organização também tem adotado práticas de diversidade e inclusão, visando a criação de um ambiente de trabalho mais equitativo e produtivo. A gestão de pessoas é, portanto, um dos pilares fundamentais para o sucesso de qualquer empresa, e a adoção de práticas modernas de gestão é essencial para atrair, reter e desenvolver talentos.

6



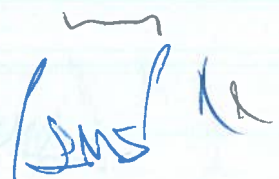
ÍNDICE

01. MENSAGEM DA DIREÇÃO DO INOV	3
02. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E ATIVIDADE (MERCADO) I&D	9
03. SÍNTESE DA ATIVIDADE	13
04. RECURSOS HUMANOS	23
05. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	27
06. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	31
07. PERSPETIVAS PARA O FUTURO	32
08. AGRADECIMENTOS	34
09. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35

09. 21 / JMS

ÍNDICE

01	Mensagem do Diretor de INOV
02	Experiências e projetos estratégicos (Mascoff) I&D
03	Sustentabilidade
04	Integração
05	Assessoria Técnica e Financeira
06	Parceria de Apoio ao Desenvolvimento
07	Parcerias para o Futuro
08	Assessoria
09	Integração e Inovação





02. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E ATIVIDADE (MERCADO) I&D

2.1. CONJUNTURA ECONÓMICA EM 2019

De acordo com as estimativas do FMI, em 2019 a economia mundial registou um abrandamento significativo face a 2018, situando-se nos 2,9% em detrimento dos 3,6% verificados em 2018. Este decréscimo resultou em grande parte das perturbações observadas no comércio internacional, da intensificação de tensões geopolíticas e da perda de vigor de importantes mercados emergentes.

A economia europeia registou em 2019 o sétimo ano consecutivo de crescimento, mas a um ritmo mais moderado (1,2%) do que os registados em anos anteriores, explicado por um crescimento ténue da procura interna apesar das estratégias de corte das taxas de juro aplicados pelos vários bancos centrais para estimular as respetivas economias.

Para 2020, as estimativas de crescimento económico apresentadas pelo FMI apontavam para uma recuperação ligeira (em torno dos 3,3%) suportadas pela evolução resiliente do consumo privado e aumento de investimento empresarial. Contudo, à data de elaboração deste relatório estas projeções não consideravam os impactos provocados pela COVID-19 e as consequências já verificadas nos fluxos turísticos, de investimento direto e nas cadeias de produção globais. E, se a este cenário acrescem para 2020, entre outros, os riscos relacionados com as tensões políticas e económicas envolvendo os EUA e a China, as fricções económicas adjacentes do efeito Brexit, o panorama económico poderá agudizar-se ainda com maior intensidade.

A nível nacional, em 2019, a economia cresceu 2,2% (Banco de Portugal - BP), acima da média de crescimento da zona Euro, contrariando as expectativas que apontavam para níveis de expansão mais moderados, tendo em conta o abrandamento da atividade global. Observou-se ao longo do ano uma desaceleração das exportações (3,7% face a uma média de 5,4% entre 2014-2018) de bens e serviços, a qual foi, no entanto, compensada pelo contributo positivo do consumo privado, associado à evolução da melhoria do mercado de trabalho, à continuação da recuperação do investimento empresarial e ao reforço da solidez do sistema financeiro.

A melhoria da situação económica, a par com a redução dos custos de financiamento do país, teve impacto para o reforço do processo de consolidação das finanças públicas. Em 2019, o saldo orçamental foi de 0,2% e o rácio da dívida pública diminuiu em 2019 para 117,7% do PIB.

Para 2020, tanto a Comissão Europeia como o BP perspetivavam que a economia portuguesa continuasse a crescer em 2020 (1.7%) mas a um ritmo mais lento face a

2019 devido a um menor contributo da procura interna, nomeadamente do consumo das famílias, e uma desaceleração do investimento. Mas estas projeções também não foram ainda corrigidas com o aparecimento e impacto da pandemia associada ao Covid-19. Existe à data de hoje um nível de forte incerteza na evolução da economia nacional, e sendo uma economia aberta e muito dependente do exterior fica particularmente exposta à contração da procura global.

Neste enquadramento, o INOV poderá já em 2020 sentir algumas consequências desta incerteza especialmente na componente da prestação de serviços, onde a confiança dos vários agentes económicos poderá arrefecer com uma desaceleração dos seus investimentos de I&D, para além de atrasos nos pagamentos que poderão surgir na ausência de liquidez. Novos desafios avizinham-se assim para o INOV no panorama macroeconómico durante e pós pandemia.

2.2. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO E OBJETIVOS

O INOV é um Centro de Interface que atua na área das Tecnologias de Informação, Comunicações e Eletrónica (TICE): dinamiza interações e cria sinergias entre atores diversos, nacionais e internacionais. A sua atividade tem, maioritariamente, a forma de projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), o que obriga à articulação constante com outras áreas do conhecimento, tornando o INOV um *broker* tecnológico valioso.

A aprovação do financiamento base atribuído para reforço da atividade do INOV enquanto Centro de Interface, permitiu delinear uma trajetória mais vincada e ambiciosa a desenvolver por um período de três anos, compreendido entre o final de 2018 e o final de 2021, com base na definição de uma Agenda Tecnológica e de Inovação (AT&I) representando a atividade global da organização.

Essa AT&I materializa-se na consecução de um conjunto de objetivos alinhados com a estratégia institucional de afirmação como Centro de Interface ou, em termos internacionais, como *Research and Technology Organisation* (RTO). Esses objetivos estão segmentados nas seguintes vertentes:

- Aumentar os RH qualificados;
- Reforçar a colaboração com IES;
- Demonstradores;
- Projetos de ID&T e Internacionalização;
- Comunicação Institucional e Corporativa.

Importa também referir que, em 2019, o INOV aderiu à EARTO (*European Association of Research and Technology Organisations*), a associação europeia de referência de entidades congêneres do INOV que, atualmente, conta com mais de 350 associados. Por outro lado, continuou a participar ativamente em outras plataformas tecnológicas europeias, destacando-se a participação na Networld2020 (*European Technology Platform for communications networks and services*), ECSO (*European Cyber Security Organisation*) e AIOTI (*Alliance for the Internet of Things Innovation*).

O INOV possui certificação ISO 9001:2015. Passando em revista a tabela de objetivos estratégicos definidos no âmbito dessa certificação, o desempenho do INOV em 2019 foi positivo, tendo sido atingidos cerca de 75% das metas estabelecidas. As metas definidas para o Resultado Líquido e para os Proveitos Totais foram ultrapassadas, destacando-se ainda o cumprimento integral de todos os objetivos relativos às atividades de I&D cofinanciada.

O rácio de 1/3 Projetos de I&D nacionais, 1/3 Projetos de I&D europeus e 1/3 Projetos de Vendas e Prestações de Serviços (VPS), definido para o Balanço de Proveitos não foi alcançado, tendo-se verificado um maior volume de VPS face aos Projetos Nacionais, tendo os Projetos Europeus ficado em linha com o estabelecido.

Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized 'L' and 'S' and the name 'JMS'.



03. SÍNTESE DA ATIVIDADE

ELETRÓNICA, MONITORIZAÇÃO E CONTROLO

MONITORIZAÇÃO REMOTA E APOIO À DECISÃO

COMUNICAÇÕES E CIBERSEGURANÇA

TECNOLOGIAS DE SISTEMAS DA INFORMAÇÃO

O INOV prosseguiu a bom ritmo com o ciclo de capacitação da organização, alavancado pelo financiamento base.

Do ano, destacam-se assim e nas secções seguintes um conjunto de atividades ao nível das áreas estratégicas da organização que atestam a dinâmica em curso: desde o reforço da componente de investigação através da contratação de colaboradores altamente qualificados, da assinatura de várias parcerias nacionais e internacionais, do acolhimento de novos investigadores no seio das equipas, da ocupação em Lisboa de novas instalações, da promoção de ações de demonstração tecnológica, passando pela cadência consistente de apresentação de candidaturas aos programas quadro em vigor, nacionais (5) ou europeus (29), até ao caudal de prestações de serviço realizado em 2019 para colmatar as falhas de mercado dos nossos parceiros/clientes.

Todo este vigor mostra que o INOV tem abraçado com convicção o seu papel de Centro de Interface no palco da inovação e transferência de tecnologia.

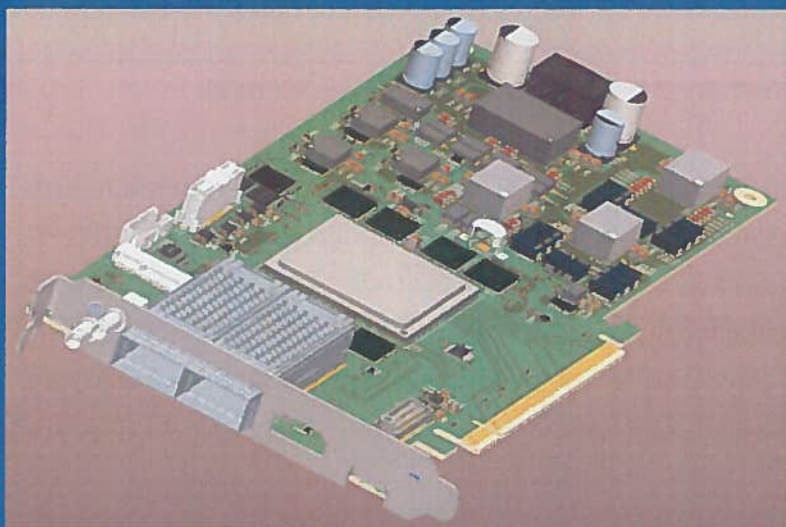
3.1. ÁREA DE ELETRÓNICA, MONITORIZAÇÃO E CONTROLO

A área de Eletrónica, Monitorização e Controlo (EMC) agrega as competências do INOV em matéria de Monitorização Remota, Navegação Assistida, Produto Eletrónico e Sistemas de Controlo, exercendo atividades ao nível da investigação aplicada, consultoria, conceção, desenvolvimento de sistemas, *Computer-Aided Design* (CAD) e Laboratório. A área está organizada em unidades de desenvolvimento que englobam as seguintes competências tecnológicas:

- Física e Engenharia de Ondas (LIDAR, Foto fluorescência por Laser e algoritmia de processamento de sinal e engenharia de ondas);
- Laboratório e CAD;
- Eletrónica, Navegação e Instrumentação (navegação e posicionamento, sistemas de telemática de transportes, sistemas embutidos, monitorização remota, engenharia de produto e sistemas de instrumentação);
- Sistemas de vídeo processamento de imagem;
- Comunicações (e.g VOIP, Wi-Fi, ZigBee, BLE).

Durante o ano de 2019 prosseguiu-se com a execução dos projetos cofinanciados nacionais WallScreen e EcoWT e projeto europeu PERSONA. Foi iniciado o projeto europeu FASTER e o projeto nacional MPP, tendo sido concluídos os projetos H2020 RocSafe, ALFA e STORM.

Projeto WallScreen



Neste projeto de eletrónica está em fase de desenvolvimento uma placa para processar vídeo a 8K. A exigência tecnológica é grande devido aos sinais (até 156 Gb/s na captura), várias interfaces, tamanho reduzido e uma FPGA com quase 2000 pinos. A placa terá de ser flexível para funcionar autonomamente ou ligar a um BUS PCIe num PC. A complexidade é grande assim como a exigência no roteamento, colocação de componentes e processamento de sinal.

para eletrónica e contratos de manutenção para as soluções CICLOPE fornecidas no primeiro semestre de 2019, bem como a prestação de serviços de I&D na área da Telemonitorização.

Para além da atividade normal de investigação e desenvolvimento, decorreu em paralelo a preparação de candidaturas a projetos europeus (H2020) e nacionais (P2020). Em termos de P2020, destaca-se a forte concorrência, que se materializa num elevado número de candidaturas a montantes reduzidos de dotações financeiras, traduzindo-se em taxas de aprovação também reduzidas. No âmbito do H2020, foram submetidas diversas candidaturas, tendo também continuado a aposta no tema *Agrifood*.

O estabelecimento e angariação de novos contactos de negócio, e correspondente preparação e apresentação de propostas para fornecimentos de serviços, é uma vertente crucial para o equilíbrio da área tendo, por isso, sido alvo de atenção particular.

A internacionalização é uma vertente importante que tem sido aposta constante da área, não só através da participação em consórcios e projetos europeus mas também no estabelecimento de parcerias com empresas visando o desenvolvimento e comercialização de sistemas completos.

No ano de 2019, na vertente de recursos humanos, verificou-se o crescimento da equipa, tendo também havido alterações em termos de estrutura organizacional

com a autonomização da unidade CICLOPE no segundo semestre através da criação de uma nova área, retratada no ponto 3.2.

3.2. ÁREA DE MONITORIZAÇÃO REMOTA E APOIO À DECISÃO

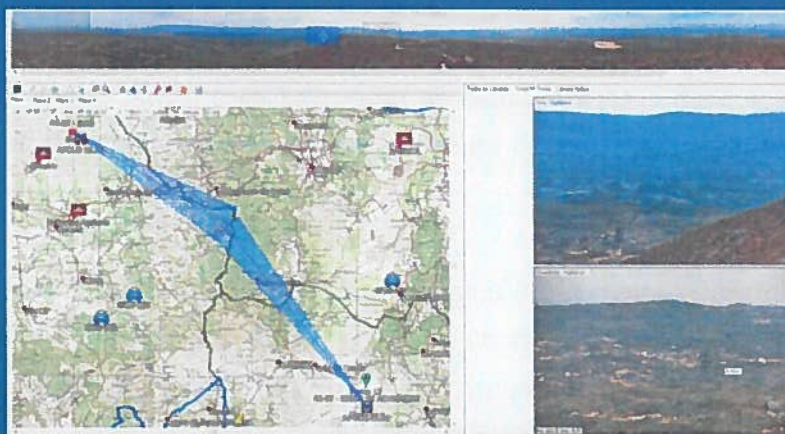
A área de Monitorização Remota e Apoio à Decisão tem como principais objetivos o desenvolvimento da plataforma de videovigilância de grandes áreas CICLOPE, sendo principalmente aplicada no mercado da Proteção Civil como ferramenta de deteção e apoio operacional no âmbito do combate aos incêndios rurais e florestais, abrangendo várias áreas tecnológicas, como o processamento de imagem, comunicações, eletrónica, energia, entre outras.

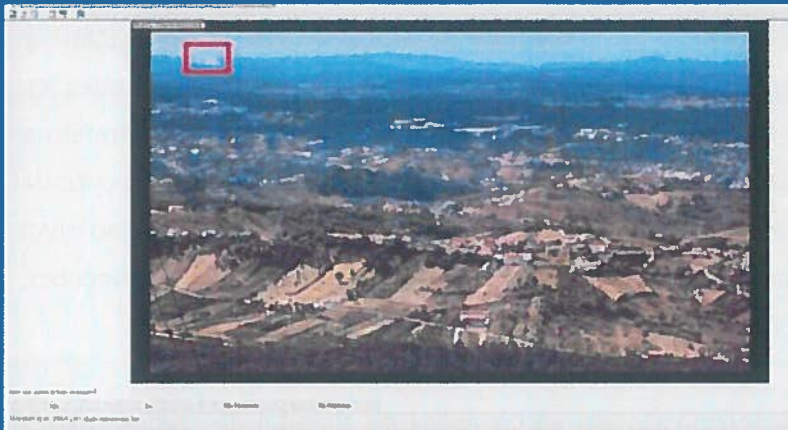
O ano de 2019 foi marcado pelas ações decorrentes de vários contratos em torno do sistema CICLOPE que podem ser estratificados na seguinte forma:

- Contratos de fornecimento de novas instâncias do sistema para a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;
- Contratos para *upgrade* de funcionalidades de instalações existentes para a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria;
- Contratos de manutenção de instalações existentes para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e as Comunidades Intermunicipais do Médio Tejo, da Lezíria do Tejo, da Região de Leiria e das Terras de Trás os Montes.

Reprogramação do sistema de CICLOPE de Leiria

O projeto de reprogramação do sistema de CICLOPE da Região de Leiria teve como objetivo a ampliação das suas funcionalidades e características, sendo de destacar a implementação da capacidade de deteção automática de incêndios através de imagens do espectro visível.





Foram instaladas, nas 9 Torres, câmaras de vídeo dedicadas à aquisição de imagens que, depois de encaminhadas pelo sistema de comunicações integrado, são processadas pelos algoritmos desenvolvidos especificamente para o efeito para identificação de novas colunas de fumo durante o dia, ou de novos pontos claros durante a noite, gerando um alerta visual e auditivo ao utilizador na aplicação de Comando e Controlo ou no *Videowall* integrado. Este sistema de deteção foi plenamente utilizado pela GNR e ANEPC no distrito de Leiria, durante a época de incêndios de 2019.

O mercado nacional para soluções CICLOPE continua vivo e com perspectivas de crescimento como demonstram os três concursos lançados no final de 2019 para instalação de sistemas de apoio à decisão operacional e de deteção automática de incêndios florestais: LREC (Madeira), AML (Lisboa) e OesteCIM, cujos resultados serão conhecidos já em 2020. Foi ainda assinado o contrato de fornecimento de uma solução CICLOPE com a AMP (Porto), com o objetivo de expansão territorial e das funcionalidades do sistema existente.

Para o mercado internacional, no âmbito da parceria com a Ground Shaking, foi desenvolvido um novo sítio na internet (www.ciclope.com.pt) para apoiar as ações de promoção, em particular as que se encontram a decorrer nos EUA.

No que respeita aos recursos humanos, foi decidida a expansão da equipa de desenvolvimento para permitir uma resposta adequada às necessidades resultantes dos projetos em preparação, nomeadamente, nas seguintes áreas:

- Processamento de imagem para melhoria dos algoritmos de deteção de incêndios;
- Interface *web* para o desenvolvimento de nova interface da Aplicação de Comando e Controlo.

9)

17
SUS

3.3. ÁREA DE COMUNICAÇÕES E CIBERSEGURANÇA

A área de Comunicações e Cibersegurança foca-se na investigação e desenvolvimento de tecnologia no campo das Arquiteturas de Redes, Redes de Acesso, Comunicações Móveis, Aplicações Móveis e Cibersegurança. Mantendo a estratégia de diferenciação com base em *know-how* especializado, o INOV continua a posicionar-se nestas áreas tecnológicas como um parceiro de referência ao nível nacional e europeu, aliando o conhecimento científico à capacidade de conceber, executar e manter soluções inovadoras.

Em 2019, o trabalho desenvolvido em várias áreas do sistema de comunicações móveis de 5ª Geração prosseguiu a bom ritmo, nomeadamente na dimensão de terminais móveis em redes corporais, e de gestão de recursos rádio em redes virtualizadas e com arquiteturas distribuídas.

Foi mantida a aposta na aplicação de *Internet of Things* (IoT) em setores industriais, bem como a aposta na deteção de intrusões e incidentes em sistemas de controlo industrial com a evolução da solução BP-IDS. Apoiado pelo programa Interface, foi iniciada a investigação e desenvolvimento de tecnologia da análise e previsão de potenciais impactos de ameaças e incidentes, nomeadamente na identificação dos caminhos de ataque e sua propagação pelas infraestruturas de *Information Technology* (IT) e *Operational Technology* (OT).

Aproveitando prestações de serviços e projetos de investigação em curso, foi iniciada a investigação em protocolos e sistemas de votação eletrónica.

A cooperação internacional tem sido desenvolvida no âmbito da Ação Europeia COST IRACON, participando no respetivo comité de gestão e contribuindo para os seus resultados tecnológicos.

O projeto de I&D EuConNeCts3 cofinanciado pela Comissão Europeia (CE), dedicado à organização da conferência EuCNC na área das telecomunicações, terminou em novembro de 2019, tendo o INOV coordenado o projeto e a organização da conferência. Uma nova edição deste projeto, EuConNeCts4, iniciou-se em 2019, com fim previsto em 2021.

Continua o projeto FAQtos, financiado pelos operadores de telecomunicações nacionais, com esta fase iniciada a meio de 2019 e que se estenderá até meio de 2021, dedicado à informação sobre sistemas de comunicações móveis à população em geral. O INOV coordena e executa o projeto.

Em 2019, foi concluído com sucesso o contrato do INOV com a Águas de Portugal em colaboração com a empresa Dynasys, no qual se especificou e implementou um medidor inteligente de energia de baixo custo, integrando protocolos de comunicações de IoT, nomeadamente Wi-Fi ou LoRa.

Concluiu-se o projeto COMPACT, com uma contribuição na monitorização da execução de processos de implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados em organismos da Administração Pública local, com o registo de indícios do seu cumprimento. Realizou-se o evento final do projeto ASGARD, nas instalações da Europol em Haia, onde foi possível demonstrar as ferramentas desenvolvidas na área da cibersegurança forense às forças de segurança e à CE. Iniciaram-se os projetos SPARTA (projeto piloto da futura rede Europeia de centros de excelência em cibersegurança), EUNOMIA (combate a *fake news*) e SATIE (cibersegurança de aeroportos).

Projeto SATIE



O projeto H2020 SATIE permitiu ao INOV testar a sua tecnologia de deteção de intrusões para infraestruturas críticas (BP-IDS) em aeroportos, desenvolver uma nova tecnologia não-intrusiva para garantir a integridade de comunicações entre equatorianos industriais presentes no aeroporto e iniciar o desenvolvimento de uma solução que permite aferir o impacto de um incidente ou ameaça cibernética na missão do aeroporto. Esta tecnologia será testada em 2020 no aeroporto internacional de Zagreb.

Foi realizada uma auditoria de segurança ao Instituto de Informática da Segurança Social, a uma grande consultora nacional e ao processo de voto eletrónico para as eleições da Ordem dos Advogados.

Apostou-se na participação do INOV na AIOTI, nomeadamente nos grupos de trabalho WG01 - *IoT Research*, WG10 - *Smart Water Management* e WG12 - *Smart Energy*, e a participação na ECSO, nomeadamente no grupo de trabalho WG5 - *Education/Training /Awareness Exercise*.

19
INS

O INOV continua a ter uma forte representação no Networld 2020, plataforma patrocinada pela Comissão Europeia para o desenvolvimento das redes de comunicações.

No âmbito do programa Interface, foram preparadas um conjunto de palestras sobre IoT em colaboração com o Técnico +, a Cisco, a Altice e a AIOTI (WG01).

Participou-se igualmente em vários comités técnicos de conferências na área de Comunicações organizadas em Portugal, na Índia, China, Alemanha, Chipre, Barém, Indonésia e Estados Unidos da América.

3.4. ÁREA DE TECNOLOGIAS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

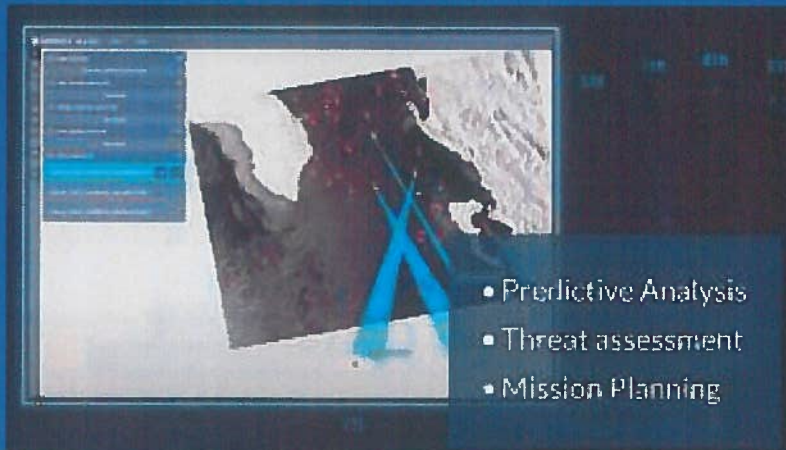
A área de Tecnologias e Sistemas de Informação tem o seu foco em atividades de investigação e desenvolvimento em projetos onde as Tecnologias de Informação (TI) são as suas tecnologias *core*. Sendo a área das TI extremamente abrangente, optou-se por apostar em vertentes resultantes de falhas ou oportunidades de mercado identificadas, bem como em temas onde a comunidade científica tem vindo a investir. Nesse sentido, a área tem feito uma forte aposta interna nos temas da Inteligência Artificial e em Metodologias de Gestão de Processos apoiadas por/pelas TIC.

Os objetivos de 2019 passaram essencialmente por dinamizar e fortalecer a área tecnológica da Inteligência Artificial aplicada ao domínio da Indústria 4.0 e nas subáreas de *Computer Vision*, *Data Science* e *Natural Language Processing* (NLP, sobretudo em aplicações direcionadas para o mercado.

Estreitaram-se ligações ao meio académico através do estabelecimento de novas parcerias tecnológicas com universidades e centros de investigação nacionais e/ou internacionais. Em paralelo, foi melhorada a ligação ao mercado e à indústria através do alargamento da rede de contactos. A nível interno destaca-se o empenho em desenvolver, motivar e fixar *know-how* tecnológico dos recursos humanos da área da Inteligência Artificial.

Alguns factos relevantes da atividade em 2019 passaram pelo desenvolvimento de protótipos nos temas *Computer Vision* e NLP através da realização de teses de mestrado fruto de colaborações com universidades (sobretudo com o ISCTE e IST).

Projeto MARISA



Na vertente tecnológica de identificação de padrões nos dados e deteção de anomalias no contexto da navegação marítima, o INOV contribui neste projeto com o seu *know-how* no desenvolvimento de aplicações de vigilância que utilizam Inteligência Artificial e algoritmos de *machine learning* e *data mining* para a deteção de padrões comportamentais dos navios e de anomalias que indiquem potenciais situações de ilegalidade ou infração.

Foram realizadas prestações de serviços de I&D, para empresas nas áreas dos transportes e TI, para o desenvolvimento de sistemas inteligentes de processamento de dados e criação de tecnologias ligadas ao processamento de linguagem natural.

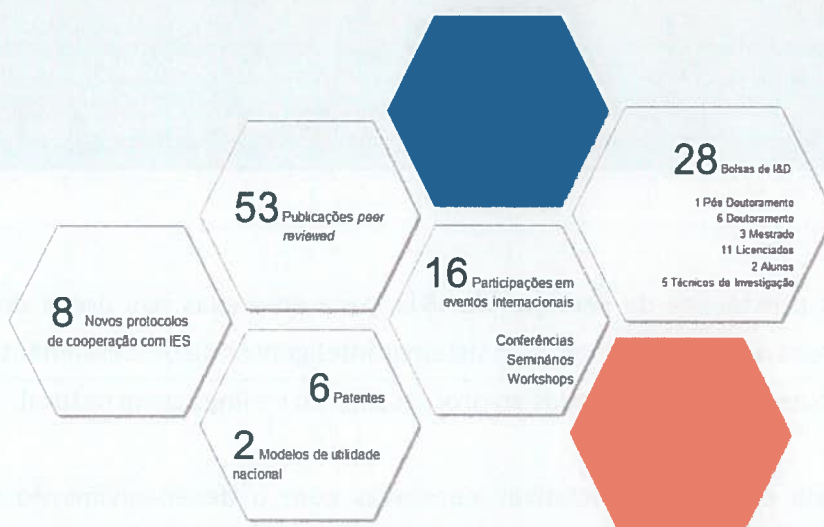
Participou-se ainda em outras iniciativas europeias com o desenvolvimento e utilização de tecnologia NLP para ajuda aos utilizadores em situações de segurança de infraestruturas críticas. Também na vertente de publicações científicas, foram publicados 15 artigos científicos em revistas e conferências internacionais.

Para 2020, pretende-se cimentar a posição atual e aumentar a aposta na colaboração com empresas no domínio tecnológico da Inteligência Artificial, bem como as parcerias e colaborações com entidades académicas. Espera-se, com isso, aumentar também o número de teses de mestrado e doutoramento e obter uma maior participação de investigadores nos projetos. É também objetivo continuar a participar nos programas nacionais P2020 assim como no programa europeu H2020 e criar boas propostas de valor para o mercado.

x m p
JMS 21

3.5. INDICADORES DE I&D

A articulação com a atividade científica representa uma das forças do INOV e é fundamental para garantir um maior fluxo na circulação do conhecimento e a sua endogeneização tecnológica para uma efetiva e correta transferência para o tecido produtivo. Esta articulação traduz-se nas áreas estratégicas do INOV no reforço da cooperação com as IES, no acolhimento de investigadores, na atribuição de bolsas de I&D, na participação em conferências e na publicação de artigos científicos. A figura seguinte procura sistematizar os resultados obtidos em 2019



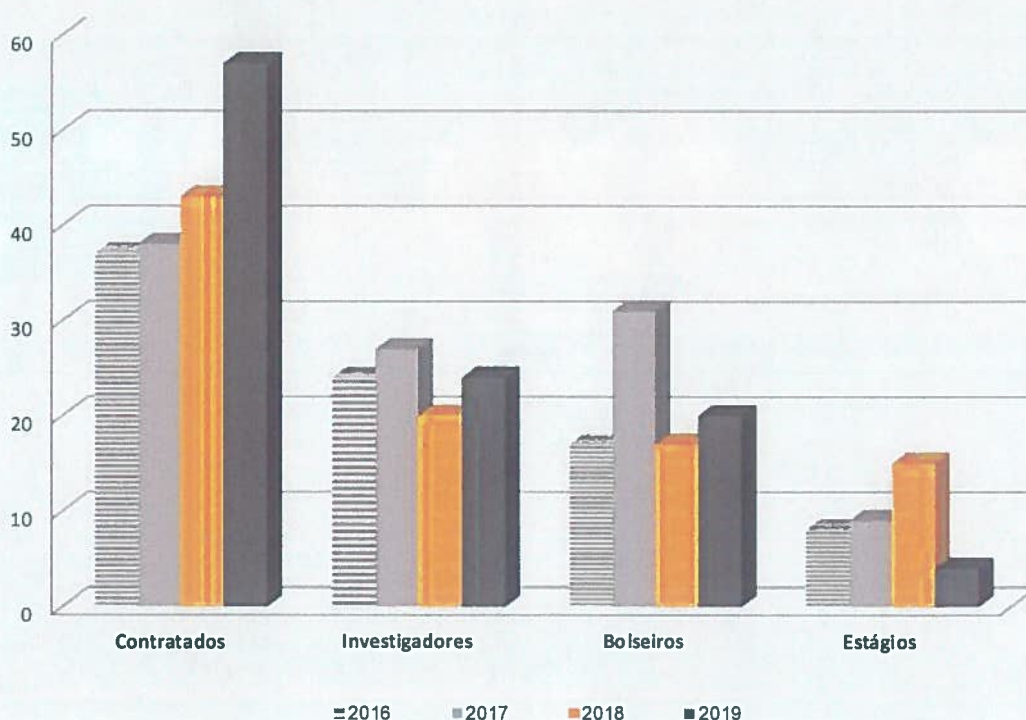
Handwritten signature and initials in blue ink.



04. RECURSOS HUMANOS

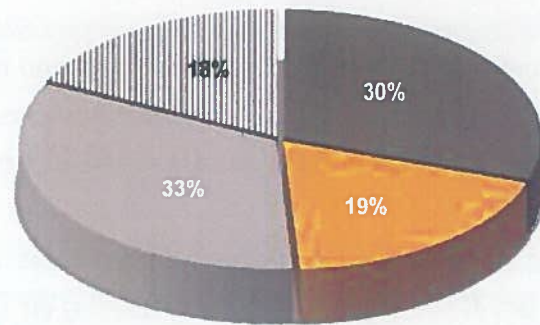
Em 2019, o INOV enquanto Centro de Interface continuou a reforçar a sua equipa de I&D, com um aumento de 33% face a 2018 na população contratada.

A dificuldade de recrutamento de perfis especializados em tecnologias relacionadas com temas como a Cibersegurança e Inteligência Artificial continuou a ser uma constante, evidenciando a necessidade de contratação de um perfil de gestão de RH para desenhar estratégias de recrutamento mais eficazes. À data deste relatório esta contratação já se concretizou.



Em termos de caracterização, o INOV conta hoje com uma população altamente qualificada, com 78% dos colaboradores com formação ao nível do ensino superior e desses, 82% são na área das engenharias. A população é bastante jovem com uma média etária de 39 anos.

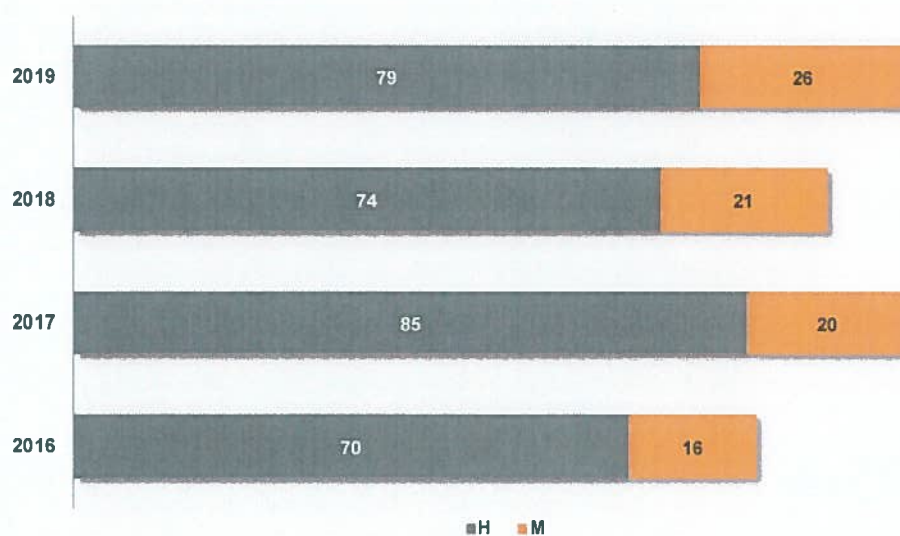
Handwritten signature and initials in blue ink.



■ Doutorado ■ Mestrado ■ Licenciatura ■ 12º ano / Secundário

Será interessante referir que existe uma tendência crescente e sustentada na contratação de mulheres para os perfis mais qualificados evidenciando que o *gap* sentido nas TICE tem vindo paulatinamente a esbater-se no INOV.

A diversidade de género é uma mais-valia em todas as áreas e constitui, em particular, uma necessidade nas áreas mais tecnológicas. É nossa convicção que equipas que asseguram esta diversidade asseguram também a diversidade de lógicas de pensamento, de competências e de experiências essencial à investigação e desenvolvimento.



25

O INOV realizou a 11ª edição do seu encontro de colaboradores do INOV numa oportunidade de apresentação das atividades realizadas ao longo do ano e proposta e discussão de novas apostas para o futuro da instituição.

Coincidindo o evento com o final da execução do primeiro ano do financiamento base, os resultados foram apresentados perante os colaboradores do INOV, assim como a representantes de organizações externas como o INESC e o INESC ID.

As apresentações sobre as atividades e as áreas tecnológicas em que o INOV aposta fizeram parte de um dia de atividades de *team-building* em que se pretendeu reforçar o espírito de equipa e motivar os colaboradores com vista à prossecução dos objetivos organizacionais.





05. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

RESULTADOS

BALANÇO

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

PERSPETIVAS PARA O FUTURO

5.1. RESULTADOS

O INOV registou, em 2019, um volume total de Rendimentos operacionais no montante de 3 883 mil euros, traduzindo um crescimento da atividade de 14% em relação ao ano anterior.

O exercício encerrou com um Resultado Líquido positivo no valor de 73 mil euros.

Resultados	2019	2018	Δ%
Redimentos Operacionais	3.883	3.397	14%
Gastos antes de Depreciações, Juros e Impostos	3.708	3.249	14%
Resultados antes de Depreciações, Juros e Impostos	175	148	18%
Depreciações e Amortizações, Juros e Impostos	102	100	2%
Resultado Líquido do Exercício	73	48	52%

Valores em milhares de Euros

A situação económica manteve-se equilibrada com um Resultado operacional, antes de depreciações, juros e impostos de 175 milhares de euros, seguindo a tendência de evolução positiva que se tem registado nos últimos anos (aumentos idênticos da ordem de 18%, sucessivamente em 2019 e em 2018).

A boa execução e o aumento da carteira de Projetos de I&D cofinanciados, constituíram o principal fator que contribuiu para o acréscimo de atividade em 2019, como se evidencia no quadro seguinte:

Rendimentos Operacionais	2019	2018	Δ%
Serviços Prestados	1.772	1.764	0%
Projetos I&D cofinanciados	2.045	1.622	26%
Projetos Nacionais	568	383	48%
Projetos Europeus	1.477	1.239	19%
Total Serviços Prestados + Projetos I&D	3.817	3.386	13%
Outros Rendimentos	66	11	582%
Rendimentos Totais	3.883	3.397	14%

Valores em milhares de Euros

Os rendimentos provenientes de Projetos I&D ultrapassaram o limiar dos 2 milhões de euros, traduzindo um aumento de 423 mil euros face a 2018, quer na componente de Projetos Nacionais (+ 186 mil euros), quer na de Projetos Europeus (+ 238 mil euros).

O valor atingido pelas Prestações de Serviços (1,8 milhões euros), tendo estabilizado em relação ao ano anterior, manteve-se em linha com os objetivos definidos no Programa Centro de Interface (FITEC) aprovado pela ANI para o triénio 2018-2020.

Nas Prestações de Serviços destacam-se as adjudicações para fornecimento de soluções de videovigilância de florestas (CICLOPE), por parte das Comunidades Intermunicipais, as quais se inserem no âmbito de contratos que se estendem para 2020 e anos seguintes, incluindo a respetiva manutenção.

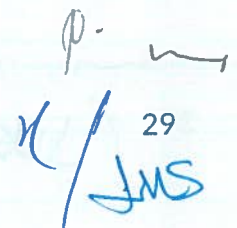
A evolução dos Gastos Totais no exercício de 2019 apresenta-se resumidamente no quadro seguinte:

Gastos	2019	2018	Δ%
Gastos com Pessoal	2.196	1.793	22%
Fornecimento e serviços externos e Outros gastos	1.265	1.310	-3%
Perdas em dívidas a receber/Provisões	247	146	69%
Gastos Operacionais (s/ Amortizações, Juros e Impostos)	3.708	3.249	14%
Gastos de depreciação e amortização	53	59	-9%
Gastos de financiamento (Juros)	5	9	-43%
Impostos	43	32	36%
Gastos Totais	3.811	3.350	14%

Valores em milhares de Euros

Os Gastos Operacionais aumentaram 14%, destacando-se o reforço da estrutura de recursos humanos, consentâneo com o crescimento da atividade. Este reforço está também em linha com os objetivos estratégicos, estabelecidos no Programa de Interface, de maior capacitação do INOV enquanto infraestrutura tecnológica.

De referir também, na área dos Gastos, o reforço de provisões para projetos em cerca de 160 mil euros, visando cobrir eventuais acertos em pedidos de pagamento, que, atendendo ao ciclo de análise pelas entidades financiadoras, estão ainda sujeitos a revisão e validação pelas mesmas.



 29

5.2. BALANÇO

A estrutura do Balanço em 31 Dezembro 2019 reflete uma situação financeira equilibrada, e reforçada em relação ao exercício anterior:

Balanço	2019	2018	Δ%
Ativo			
Ativos fixos e participações financeiras	182	145	26%
Dívidas correntes a receber	1.793	1.943	-8%
Outros ativos correntes	10	6	74%
Disponibilidades	2.351	1.681	40%
Total do Ativo	4.336	3.774	15%
Passivo			
Dívidas correntes a pagar	1.206	1.119	8%
Dívidas por financiamentos obtidos	0	32	-100%
Diferimentos	2.521	2.094	20%
Outros passivos não correntes	10	4	131%
Total do Passivo	3.737	3.249	15%
Fundos Patrimoniais	599	525	14%

Valores em milhares de Euros

O Ativo corrente integra as Dívidas a receber de clientes e das entidades financiadoras relativamente a projetos cofinanciados de, respetivamente, 539 mil euros e de 1 254 mil euros. Comparativamente com o ano de 2018, as dívidas de Clientes registam um decréscimo da ordem de 30%, e as dívidas a receber de projetos, um acréscimo de 7%, fruto do aumento de atividade nesta área.

Nos Ativos Fixos refletem-se os investimentos realizados em 2019, de que se destaca o projeto em curso de instalação de um novo Centro de Dados, e aquisição dos respetivos equipamentos, cuja conclusão ocorrerá em 2020.

O Passivo é constituído principalmente pelas dívidas relacionadas com a atividade corrente (1 206 mil euros), e pelos Diferimentos de proveitos (2 521 mil euros) provenientes dos adiantamentos recebidos relacionados com a execução futura dos projetos co-financiados.

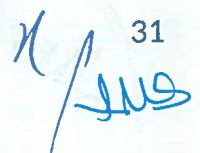
No final do exercício não existiam quaisquer dívidas de financiamento a entidades bancárias.

A situação de tesouraria apresenta um aumento de 40 % nos valores de disponibilidades, em relação ao ano anterior, integrando os valores dos adiantamentos recebidos no âmbito dos programas de financiamento de projetos de I&D no início das respetivas fases de execução.

O valor dos Fundos patrimoniais cresceu em cerca de 14%, em consequência do Resultado Líquido alcançado no exercício.

06. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta o saldo de prejuízos acumulados de anos anteriores, propomos que o Resultado líquido positivo do exercício, no montante de 73 185 euros (setenta e três mil cento e oitenta e cinco euros), seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.



07. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

O futuro próximo será inevitavelmente dominado pelos efeitos da Covid-19 e pela capacidade de atacarmos a situação sanitária, por um lado, e a económica, por outro. E ambas são dominadas pelo que acontecer em Portugal mas estão inevitavelmente ligadas à situação internacional. É incontornável existirem atrasos quer nos clientes de VPS, quer nas novas chamadas de propostas das agências cofinanciadoras. Mas cremos que o controlo da situação se conseguirá recuperar em tempos que se meçam em poucos meses (tempo total), talvez por etapas e alternando medidas mais ou menos restritivas, mas conseguindo repor a sociedade no caminho de uma nova normalidade.

Também é verdade que esta pandemia trouxe novas oportunidades de I&D, sobretudo nas áreas médicas, mas também nas ferramentas de acompanhamento (seguimento, até...) de pessoas, remotamente, o tratamento dos dados associados. Está do nosso lado sermos capazes de as aproveitar, num ambiente extremamente competitivo já que toda a comunidade técnico-científica está muito motivada para contribuir para esta nova situação.

No INOV, continuaremos a gerir e mobilizar os meios financeiros de que dispomos para continuarmos a responder às solicitações, manter a possível normalidade de atividade, manter a equipa estável, motivada e confiante. Em tudo o que pudermos intervir fá-lo-emos com esses objetivos em mente.

Nas questões que têm a ver com as regras do FITEC, continuaremos a lutar pelos princípios que sabemos estiveram na génese da medida e que devem em última análise contribuir para nos preparar bem para a competição internacional feroz na área em que nos inserimos. Acreditamos que a ANI compreenderá as razões da nossa postura e esperamos que decida traçar connosco o caminho dos Centros de Interface nacionais, aproximando-os dos seus congéneres europeus no reconhecimento de ferramentas fundamentais ao funcionamento da economia e de suporte à criação de valor pelas entidades de ensino superior e de investigação.

O H2020 está a terminar - para o ano começa o *Horizon Europe* - e, salvo força maior, contamos com alguns atrasos (alguns já conhecidos) mas nada que não se consiga gerir, porque previsível e sempre com o objetivo de prosseguir a capacitação do I&D+i e da economia europeia. No P2020 contamos que a experiência passada

permita uma transição mais suave para o novo P2030. Não que a experiência nos diga que tal seja linear, mas temos de acreditar que esse objetivo estará nas mãos de quem de direito e que os resultados serão melhores que no passado: do nosso lado, estaremos preparados para alguma perturbação na transição.

O INESC Brussels Hub já estaria, em condições normais, em plena atividade, com um conjunto de ações e atividades ambiciosas. A Covid-19 trouxe alguns atrasos nessas atividades, que entretanto estão a ser substituídas (ou antecipadas) por outras que se podem lançar numa altura como esta. Precisamos que o Hub consiga recuperar o *momentum* que já tinha e lhe desejamos ver, para que a referência que precisamos ter em Bruxelas nos traga resultados importantes para os nossos objetivos Tecnológicos e de Inovação, para além da participação ativa na definição de políticas de I&D europeias e nacionais e no alavancamento da atividade internacional para lá da participação forte em projetos cofinanciados europeus.

A identificação de uma forte ligação entre a dimensão e a capacidade de intervenção junto dos órgãos de decisão, para lá do Hub, disse-nos que deveríamos tentar perceber se a opção atual de falta de um instrumento que fale pelos INESCs em Lisboa será uma limitação aos resultados individuais de INESC ID, INESC MN e INOV. Este é uma nova linha de ação que estamos a tentar perseguir, em colaboração com a *holding* e com os outros dois INESCs em Lisboa. Acreditamos que conjuntamente poderemos atuar com resultados interessantes junto das entidades relevantes para o I&D+i nacional, respeitando a autonomia de administração e gestão de cada um dos institutos, mas explorando em comum o que se revela vantajoso partilhar entre nós.



09. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INOV INESC INOVAÇÃO - INSTITUTO DE NOVAS TECNOLOGIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

<u>RENDIMENTOS E GASTOS</u>	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Vendas e serviços prestados	22	1 772 159	1 763 938
Subsídios à exploração	23	2 044 817	1 621 912
Fornecimentos e serviços externos	24	(1 229 855)	(1 288 459)
Gastos com o pessoal	25	(2 196 033)	(1 793 387)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	9	(241 948)	(145 733)
Provisões ((aumentos) / reduções)	16	(5 225)	(530)
Outros rendimentos	26	66 344	11 399
Outros gastos	27	(35 564)	(21 244)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamen		174 695	147 896
Gastos de depreciação e de amortização	30	(53 374)	(58 820)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		121 321	89 076
Juros e rendimentos similares obtidos		870	820
Juros e gastos similares suportados	28	(5 035)	(9 725)
Resultado antes de impostos		117 156	80 171
Impostos sobre o rendimento do exercício	8	(43 971)	(32 566)
Resultado líquido do exercício		73 185	47 605
Resultado por unidade de participação	31	0,37	0,24

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Janic Leubke

A DIREÇÃO

Fernando
25/12/19
Luís Miguel Silva
Christina
Adalberto

INOV INESC INOVAÇÃO - INSTITUTO DE NOVAS TECNOLOGIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Outros				Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
	Fundos	Instrumentos dos fundos patrimoniais	Reserva legal	Resultados transitados		
Saldo em 1 de janeiro de 2018	1 000 000	828 108	3 081	(1 373 293)	2 613	479 374
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 201	-	-	-	-	-	47 605
Operações com detentores de fundos no exercício:						
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 15	-	-	-	18 865	-	(18 865)
Alterações no exercício:						
Subsídios ao investimento	14	-	-	-	(2 478)	(2 478)
Impostos diferidos	8 e 14	-	-	-	558	558
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1 000 000	828 108	3 081	(1 354 429)	693	525 058
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 201	-	-	-	-	-	73 185
Operações com detentores de fundos no exercício:						
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 15	-	-	-	47 605	-	(47 605)
Alterações no exercício:						
Subsídios ao investimento	14	-	-	-	1 311	1 311
Impostos diferidos	8 e 14	-	-	-	(295)	(295)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1 000 000	828 108	3 081	(1 306 824)	1 709	599 259

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco Loureiro

A DIREÇÃO

*Fernando
Luis Albuquerque
Alvaro Soares*

INOV INESC INOVAÇÃO - INSTITUTO DE NOVAS TECNOLOGIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1 924 772	1 599 708
Recebimentos de subsídios à exploração		2 239 955	1 674 504
Pagamentos a fornecedores		(1 302 920)	(1 318 097)
Pagamentos ao pessoal		(2 076 107)	(1 773 138)
Fluxos gerados pelas operações		785 700	182 977
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(32 362)	(24 306)
Outros recebimentos / (pagamentos)		39 131	(35 170)
Fluxos das atividades operacionais [1]		792 469	123 501
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(88 119)	(62 792)
		(88 119)	(62 792)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		870	820
Subsídios ao investimento	14	1 812	1 192
		2 682	2 012
Fluxos das atividades de investimento [2]		(85 437)	(60 780)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(32 317)	(19 693)
Juros e gastos similares	28	(5 035)	(9 725)
		(37 352)	(29 418)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(37 352)	(29 418)
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		669 680	33 303
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1 681 442	1 648 139
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	2 351 122	1 681 442

az parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Janis Leubsdorfer

A DIREÇÃO

Franco
Isabel
Luís Miguel Silveira
Cláudia
Helena

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes Expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INOV INESC INOVAÇÃO - Instituto de Novas Tecnologias ("Instituto" ou "INOV") é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, constituída em 28 de julho de 2000 e que tem como atividade principal a prestação de serviços no campo da inovação e desenvolvimento tecnológico orientada a entidades de natureza empresarial e organismos públicos.

O Instituto é detido em 95% pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC") e em 5% pelo INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa ("INESC ID"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas conjuntamente por estes dois associados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL"), e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF - ESNL".

Estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, sendo de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após aquela data.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Direção procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a

Direção concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo de aquisição e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor

de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.6. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.7. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram fatos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança destes valores, são registadas imparidades para cobrir esse risco.

Subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.



Subsídios à exploração:

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se no passivo ("Diferimentos") os adiantamentos e no ativo ("Outros créditos a receber") os montantes a receber.

3.8. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente nos fundos patrimoniais. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados nos fundos patrimoniais.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) o Instituto tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) o Instituto tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingente

Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos

necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Instituto não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto; e
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente dos serviços prestados é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelas vendas e pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

3.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;

- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem

l
2/1/15

informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Perdas por imparidade em contas a receber e ativos não correntes:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Instituto espera que um ativo esteja disponível para uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.



3.14. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expetáveis que se realizem no decurso normal das operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "Caixa e depósitos bancários" do balanço era como segue:

	2019	2018
Depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis	401.122	931.442
Depósitos a prazo	1.950.000	750.000
Caixa e depósitos bancários	<u>2.351.122</u>	<u>1.681.442</u>

Os depósitos a prazo, apesar de vencimento superior a três meses a contar da data de balanço, podem ser mobilizados em qualquer momento sem perda de valor para o Instituto e, são remunerados a taxas normais de mercado para operações similares.

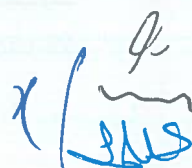
5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2019					Total
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	
Ativo bruto						
Saldo inicial	1.010.715	170.325	98.063	722.886	41.781	2.041.770
Aquisições	54.802	-	1.756	-	31.781	88.119
Saldo final	<u>1.065.517</u>	<u>170.325</u>	<u>99.819</u>	<u>722.886</u>	<u>73.562</u>	<u>2.129.889</u>
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	984.547	99.878	92.027	722.886	-	1.899.336
Depreciações do exercício (Nota 30)	28.387	19.887	5.120	-	-	53.374
Saldo final	<u>1.012.934</u>	<u>119.765</u>	<u>97.147</u>	<u>722.886</u>	<u>-</u>	<u>1.952.712</u>
Ativo líquido	<u>52.583</u>	<u>50.560</u>	<u>2.672</u>	<u>-</u>	<u>73.562</u>	<u>177.177</u>
	2018					Total
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	
Ativo bruto						
Saldo inicial	989.704	170.325	98.063	722.886	-	1.979.978
Aquisições	21.011	-	-	-	41.781	62.792
Saldo final	<u>1.010.715</u>	<u>170.325</u>	<u>98.063</u>	<u>722.886</u>	<u>41.781</u>	<u>2.041.770</u>
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	949.499	80.010	88.121	722.886	-	1.840.516
Depreciações do exercício (Nota 30)	35.048	19.868	3.906	-	-	58.820
Saldo final	<u>984.547</u>	<u>99.878</u>	<u>92.027</u>	<u>722.886</u>	<u>-</u>	<u>1.899.336</u>
Ativo líquido	<u>26.168</u>	<u>70.447</u>	<u>6.036</u>	<u>-</u>	<u>41.781</u>	<u>142.434</u>



O aumento verificado na rubrica de "Equipamento básico" e "Ativos em curso" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, corresponde, essencialmente, à aquisição de equipamento informático, no âmbito dos diversos projetos que o Instituto atualmente executa.

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Instituto detinha a seguinte participação financeira:

Rubricas	Percentagem de participação	Valor da participação	Perdas por imparidade	Valor da participação em balanço
Petsys, Medical PET Imaging Systems, S.A. ("Petsys")	6,08%	25.230	(25.230)	-
		25.230	(25.230)	-

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição. O valor do investimento financeiro detido sobre a Petsys encontra-se reduzido por perdas por imparidade dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não ocorreram movimentos nas rubricas de "Participações financeiras".

Outros ativos financeiros

Fundo de Compensação de Trabalho

Foi publicada no Diário da República a Lei nº70/2013, de 30 de agosto, que veio estabelecer os regimes jurídicos do Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT"), do Mecanismo Equivalente ("ME") e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho ("FGCT").

Estes regimes são aplicáveis aos contratos celebrados a partir de 1 de outubro de 2013.

O FCT e o FGCT, são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, podendo este, no entanto aderir ao ME, em alternativa ao FCT, nos termos estabelecidos pela lei, optando o Instituto pelo FCT e pelo FGCT.

O Instituto tem de inscrever obrigatoriamente o novo trabalhador contratado nos dois mecanismos, criados para assegurar o pagamento de metade da compensação ao trabalhador em caso de cessão do contrato de trabalho.

Ao FCT (conta poupança das empresas) o Instituto paga 0,925% e ao FGCT ou ME 0,075%, da retribuição do trabalhador.

As entregas são mensais, nos prazos previstos para o pagamento de contribuições à Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresentava um saldo de 4.661 Euros e 2.119 Euros, respetivamente, referentes a estes fundos.

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Instituto encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC. A Empresa, como associação sem fins lucrativos e que não exerce a título principal uma atividade comercial, não está sujeito a Derrama, daí a taxa de imposto calculada ser de 21%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;

- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada, ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Período de revisão:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Instituto dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. A Direção do Instituto entende que as eventuais correções, resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O imposto corrente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi apurado como segue:

	2019	2018
IRC:		
Estimativa de imposto (Nota 8)	43.971	32.566
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	26.113	21.096
Contribuições para a Segurança Social	40.130	30.723
Imposto sobre o Valor Acrescentado	53.972	47.803
Outros impostos	218	140
	<u>164.404</u>	<u>132.328</u>

(i) Este montante corresponde à parcela de IRC que resulta da tributação autónoma das despesas de representação, ajudas de custo e das despesas com viaturas.

Impostos diferidos:

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respeitam às diferenças temporárias geradas com o registo dos subsídios ao investimento que, de acordo com a NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo, são registados em fundos patrimoniais (Nota 14).

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi o seguinte:

	Subsídios ao investimento
Saldo em 1 de janeiro de 2018	759
Utilização (Nota 14)	(558)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	201
Constituição (Nota 14)	295
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>496</u>

Vi
1/1/20
JMS

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as contas a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

	2019		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Cientes:			
Cientes gerais	965.759	(563.624)	402.135
Cientes - partes relacionadas (Nota 29)	136.859	-	136.859
	<u>1.102.618</u>	<u>(563.624)</u>	<u>538.994</u>
Outros créditos a receber:			
Subsídios à exploração	1.741.991	(523.000)	1.218.991
Adiantamentos a fornecedores	895	-	895
Outros	35.498	-	35.498
	<u>1.778.384</u>	<u>(523.000)</u>	<u>1.255.384</u>
	<u>2.881.002</u>	<u>(1.086.624)</u>	<u>1.794.378</u>
	2018		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Cientes:			
Cientes gerais	1.037.356	(479.676)	557.680
Cientes - partes relacionadas (Nota 29)	217.875	-	217.875
	<u>1.255.231</u>	<u>(479.676)</u>	<u>775.555</u>
Outros créditos a receber:			
Subsídios à exploração	1.472.840	(365.000)	1.107.840
Adiantamentos a fornecedores	16.210	-	16.210
Outros	43.105	-	43.105
	<u>1.532.155</u>	<u>(365.000)</u>	<u>1.167.155</u>
	<u>2.787.386</u>	<u>(844.676)</u>	<u>1.942.710</u>

Os subsídios à exploração em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respeitam aos montantes a receber referentes aos subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento. As perdas por imparidade registadas correspondem à melhor estimativa da Direção do Instituto para parcelas que não serão recebidas.

O movimento das perdas por imparidade acumuladas para contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi como segue:

Descrição	2019		
	Saldo inicial	Reforços	Saldo final
Cientes	479.676	83.948	563.624
Outras contas a receber	365.000	158.000	523.000
	<u>844.676</u>	<u>241.948</u>	<u>1.086.624</u>
Descrição	2018		
	Saldo inicial	Reforços	Saldo final
Cientes	473.943	5.733	479.676
Outras contas a receber	225.000	140.000	365.000
	<u>698.943</u>	<u>145.733</u>	<u>844.676</u>

Handwritten signature and initials:
 1/9
 JMS

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de "Diferimentos" tinham a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo:		
Diversos	<u>9.645</u>	<u>5.548</u>
Passivo:		
Subsídios à exploração (Nota 3.8)	2.202.376	1.851.746
Prestação de serviços (a)	<u>318.272</u>	<u>242.235</u>
	<u>2.520.648</u>	<u>2.093.981</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica do passivo corrente "Diferimentos" inclui faturação efetuada a clientes, no âmbito do projeto CICLOPE, cujos trabalhos ainda não estavam totalmente terminados à data de fim do exercício.

11. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 200.000 unidades de participação com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os fundos eram detidos pelas seguintes entidades:

	<u>%</u>	<u>Montante</u>
INESC	95%	950.000
INESC ID	<u>5%</u>	<u>50.000</u>
	<u>100%</u>	<u>1.000.000</u>

12. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não ocorreram movimentos na rubrica "Outros instrumentos dos fundos patrimoniais".

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações acessórias concedidas pelo INESC, em dinheiro. O Instituto segue o estipulado na legislação comercial, equiparando as mesmas ao regime de reembolso das prestações suplementares dado que não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido e o seu reembolso só pode ser efetuado quando, após o seu pagamento, os fundos patrimoniais não fiquem inferiores à soma dos fundos e da reserva legal.

13. RESERVA LEGAL

O Instituto segue o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do fundo. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Instituto, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada nos fundos.

14. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" apresentou o seguinte movimento:

	<u>Outras variações nos fundos patrimoniais</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2018	2.613
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(3.670)
Subsídios obtidos	1.192
Imposto diferido (Nota 8)	<u>558</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	693
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(501)
Subsídios obtidos	1.812
Imposto diferido (Nota 8)	<u>(295)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>1.709</u></u>

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e são reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

15. APLICAÇÃO DO RESULTADO

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

De acordo com a deliberação do Conselho Geral de 21 de maio de 2019, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 47.605 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

De acordo com a deliberação do Conselho Geral de 28 de maio de 2018, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 18.865 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

16. PROVISÕES

A provisão constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 diz respeito a encargos estimados com compensações por caducidade a vários colaboradores do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento das provisões foi conforme segue:

	<u>Provisões</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2018	3.494
Reforço	<u>530</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.025
Reforço	<u>5.225</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>9.250</u></u>

17. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" tinham a seguinte composição:

	2019	2018
Fornecedores, conta corrente:		
Gerais	275.793	225.449
Partes relacionadas (Nota 29)	23.115	20.481
Fornecedores de investimento	23.006	38.888
	<u>321.914</u>	<u>284.818</u>
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar	314.537	195.560
Outros acréscimos	343.611	497.170
	<u>658.148</u>	<u>692.730</u>
Outras dívidas a pagar	62.866	8.795
	<u>721.014</u>	<u>701.525</u>
	<u>1.042.928</u>	<u>986.343</u>

As remunerações a liquidar em 31 de dezembro de 2019 e 2018, incluem, essencialmente, as estimativas de gastos com férias, subsídios de férias e prémios a liquidar.

Os outros acréscimos de gastos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respeitam à estimativa de gastos com prestações de serviços efetuados por terceiros no âmbito das atividades do Instituto,

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os outros acréscimos de gastos incluem o montante de 66.000 Euros e 70.419 Euros, respetivamente, relativo a acréscimos de gastos com partes relacionadas (Nota 29).

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" tinham a seguinte composição:

	2019	2018
IRC:		
Estimativa de imposto (Nota 8)	43.855	32.312
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	26.113	21.350
Contribuições para a Segurança Social	40.130	30.723
Imposto sobre o Valor Acrescentado	53.972	47.803
Outros impostos	334	140
	<u>164.404</u>	<u>132.328</u>

19. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2019		2018	
	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico	Valor líquido contabilístico
Equipamento de transporte	111.084	72.586	38.498	52.383

Em 2019 a Empresa já liquidou a totalidade da locação financeira.

Em 31 de dezembro de 2018, o plano de pagamentos das locações financeiras é como segue (Nota 21):

	2018
Até 1 ano	<u>32.320</u>
	<u>32.320</u>

x / JMS

Adicionalmente, o Instituto é parte em diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços pelo INESC.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, 173.000 Euros e 137.000 Euros, respetivamente.

Adicionalmente, o Instituto tem contrato de arrendamento relativo às suas instalações por prazo indefinido, estimando-se que o valor das rendas, nos próximos anos, corresponda a valores similares aos de 2019, no montante de aproximadamente, 101.000 Euros.

20. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Instituto tinha um montante de garantias bancárias prestadas no montante de 141.261 Euros e 103.688 Euros, respetivamente. Estas garantias destinavam-se a garantir o bom cumprimento das obrigações assumidas pelo Instituto em contratos de fornecimento de serviços de telecomunicações e energia, e em contratos com clientes referentes à execução de instalações do sistema Ciclope adjudicadas ao Instituto.

21. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa não apresenta financiamentos obtidos.

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "Financiamento obtidos" apresenta a seguinte composição:

	<u>2018</u>
<u>Corrente:</u>	
Locações financeiras (Nota 19)	<u>32 320</u>

22. RÉDITO

A rubrica "Vendas e serviços prestados", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tinha a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços prestados	<u>1.772.159</u>	<u>1.763.938</u>

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respeitam maioritariamente a prestação de serviços de apoio efetuadas pelo Instituto a terceiros no âmbito de projetos diversos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram prestados serviços a partes relacionadas nos montantes de 176.091 Euros e 241.167 Euros, respetivamente (Nota 29).

23. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica "Subsídios à exploração", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tinha a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Projetos nacionais	568.246	382.737
Projetos europeus	<u>1.476.571</u>	<u>1.239.175</u>
	<u>2.044.817</u>	<u>1.621.912</u>

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Direção do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, considerando as perdas de imparidade registadas.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tinha a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhos especializados	360.698	242.920
Deslocações e estadas	247.533	215.006
Rendas e alugueres	172.578	156.453
Componentes	167.535	402.559
Despesas de logística	77.677	93.432
Ferramentas e utensílios	44.296	34.441
Energia e fluídos	17.563	13.486
Comunicação	16.268	16.500
Honorários	11.087	34.198
Seguros	10.621	7.817
Outros	103.999	71.647
	<u>1.229.855</u>	<u>1.288.459</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram obtidos serviços de partes relacionadas, no montante de 266.793 Euros e 246.099 Euros, respetivamente (Nota 29).

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tinha a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações	1.538.082	1.150.581
Bolsas	222.393	262.765
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	322.981	265.816
Refeições	77.037	64.368
Seguros	29.070	24.405
Outros	6.470	25.452
	<u>2.196.033</u>	<u>1.793.387</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 78 e 69 empregados, respetivamente.

26. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros rendimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tinha a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Subsídios ao investimento (Nota 14)	501	3 670
Outros	<u>65.843</u>	<u>7.729</u>
	<u>66.344</u>	<u>11.399</u>

27. OUTROS GASTOS

A rubrica "Outros gastos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tinha a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Quotizações	14.896	8.744
Impostos	1.588	2.309
Outros	<u>19.080</u>	<u>10.191</u>
	<u>35.564</u>	<u>21.244</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram registados outros gastos referentes a partes relacionadas no montante de 5.930 Euros e 1.101 Euros, respetivamente (Nota 29).

28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os juros e gastos similares suportados, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tinham a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outros	<u>5.035</u>	<u>9.725</u>
	<u>5.035</u>	<u>9.725</u>

29. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	<u>2019</u>		
	Serviços prestados (Nota 22)	Outros gastos (Nota 27)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)
INESC	54.033	-	195.225
INESC ID	79.003	-	400
INESC MN	37.955	-	5.168
IST	<u>5.100</u>	<u>5.930</u>	<u>66.000</u>
	<u>176.091</u>	<u>5.930</u>	<u>266.793</u>

[Handwritten signature]

	2018		
	Serviços prestados (Nota 22)	Outros gastos (Nota 27)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)
INESC	47.440	-	207.099
INESC ID	146.486	-	-
INESC MN	37.211	-	-
IST	10.030	1.101	39.000
	<u>241.167</u>	<u>1.101</u>	<u>246.099</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços e cedências de recursos humanos e gastos administrativos.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2019		
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 17)
Corrente:			
INESC	11.706	16.758	-
INESC ID	74.624	-	-
INESC MN	49.484	6.357	-
IST	1.046	-	66.000
	<u>136.859</u>	<u>23.115</u>	<u>66.000</u>
	2018		
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 17)
Corrente:			
INESC	29.791	19.081	21.419
INESC ID	151.774	-	10.000
INESC MN	35.278	-	-
IST	1.033	1.400	39.000
	<u>217.875</u>	<u>20.481</u>	<u>70.419</u>

30. DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 tinha a seguinte composição:

	2019	2018
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	<u>53.374</u>	<u>58.820</u>

31. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi determinado como segue:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício	73.185	47.605
Número de unidades de participação (Nota 11)	200.000	200.000
Resultado por unidade de participação básico	<u>0.37</u>	<u>0.24</u>

32. OUTROS PROJETOS

Em cumprimento do procedimento estabelecido nas FAQ do Programa Interface para o financiamento plurianual dos Centros de Interface, apresenta-se a agregação dos Gastos e Rendimentos do exercício por atividades:

<u>Custos e rendimentos por atividades</u>	<u>Atividade projetos co-financiados</u>	<u>Atividade prestação serviços</u>	<u>Total</u>
Rendimentos Totais	2.082.641	1.801.549	3.884.190
Gastos Totais	<u>2.455.255</u>	<u>1.355.750</u>	<u>3.811.005</u>
Margem	<u>(372.614)</u>	<u>445.799</u>	<u>73.185</u>

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data destas demonstrações financeiras, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia relativa à COVID-19. Atentas as medidas que as autoridades portuguesas têm vindo a tomar, o Instituto encontra-se a efetuar um levantamento dos potenciais impactos desta situação na sua atividade, tendo em curso a implementação de um plano de contingência para assegurar o regular funcionamento das suas operações. Contudo, face à incerteza que esta situação envolve, não é possível neste momento antecipar quais os impactos financeiros futuros que poderão vir a decorrer para o Instituto. Apesar das incertezas decorrentes desta Pandemia, bem como dos impactos das mesmas na envolvente económica e na atividade futura do Instituto, a Direção considera que, tendo por base a informação disponível na presente data, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, mantém-se, apropriado nesta data.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco de Paula

A DIREÇÃO

Luís Aguiar Pereira
António
Alvaro Nogueira

DADOS ADICIONAIS

Denominação Social: INOV INESC INOVAÇÃO – Instituto de Novas Tecnologias
Sede: Rua Alves Redol, 9 – 1000-029 Lisboa - Portugal
URL: <http://www.inov.pt>
Tel: +351.213 100 444
Fax: +351.213 100 499
Email: inov@inov.pt
N. Contribuinte: 505 002 892
Data de Constituição: 28 de Julho de 2000

Conselho de Directores

Engº Fernando Rui de Oliveira Moreira - Presidente
Engº António Gomes Leal - Vogal
Dr. José Carlos Vilela Pimentel - Vogal
Engº Nelson Nobre Escravana - Vogal
Prof. Luis Miguel Teixeira D'Ávila Pinto da Silveira - Vogal

Comissão Executiva

Engº Fernando Rui de Oliveira Moreira - Presidente
Engº António Gomes Leal - Vogal
Dr. José Carlos Vilela Pimentel - Vogal

Conselho Fiscal

Prof. João Manuel Ricardo Catarino - Presidente
Dr.ª Soledade Maria da Silva Duarte - Vogal
Dr. Victor Domingos Seabra Franco – ROC

Mesa da Assembleia Geral

Prof. José Manuel Nunes Salvador Tribolet - Presidente
Prof.ª Maria Inês Camarate de Campos Lynce de Faria - Primeira Secretária
Dr. Abílio Ançã Henriques - Segundo Secretário

21/11/15
SUS

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

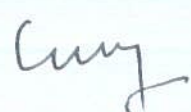


Aos Associados do

INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2019 os quais são da responsabilidade da Direção.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Direção e dos diversos serviços do INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias as informações e os esclarecimentos solicitados.

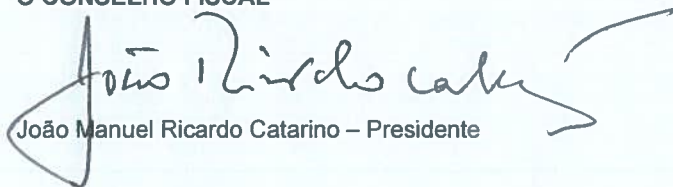
No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2019 preparado pela Direção e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, o Revisor Oficial de Contas emitiu nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas mas inclui uma ênfase, com a qual concordamos.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Conselho Geral de Associados.

Lisboa, 19 de maio de 2020

O CONSELHO FISCAL


João Manuel Ricardo Catarino – Presidente


Soledade Maria Silva Duarte - Vogal

Victor Franco

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal

Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432



Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180-4º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias (“Instituto”) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 4,336.985 euros, um total de fundos patrimoniais de 599.259 euros incluindo um resultado líquido de 73.185 euros) a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

if



Ênfase

Conforme referido no relatório de gestão e na nota 33 do anexo às demonstrações financeiras, os recentes desenvolvimentos relacionados com o surto de COVID-19, estão a ter impactos nos mercados financeiros e na atividade económica de todo o mundo. Esta pandemia constitui um desafio sem precedentes, pelo que, na data desta certificação legal de contas, os seus efeitos estão sujeitos a níveis significativos de incerteza, e consideramos que as divulgações efetuadas são adequadas. No entanto, uma auditoria não pode prever os fatores desconhecidos ou todas as eventuais implicações futuras para o Instituto sendo esse o caso no que se refere ao COVID19. Embora não seja possível quantificar, com exatidão, os efeitos desta situação, o Instituto avalia que a mesma não parece colocar em risco o seu futuro, pelo que o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2019, mantém-se apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades, e
- O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

VF

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 19 de maio de 2020



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC N.º 432

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias (“Instituto” ou “INESC”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 4.336.985 Euros e um total de fundos patrimoniais de 599.259 Euros, incluindo um resultado líquido de 73.185 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 33, o Instituto tem vindo a acompanhar a evolução da pandemia provocada pela doença COVID-19 e as principais medidas implementadas pelas autoridades nacionais na sua contenção, sendo que esta situação e a sua evolução poderá vir a ter impactos significativos na envolvente económica global, e consequentemente nas suas atividades. De acordo com a informação atualmente disponível, o Instituto implementou um plano de contingência, o qual, tem permitido assegurar o regular funcionamento das suas operações e a manutenção da sua posição financeira. Deste modo, o órgão de gestão entende que o Instituto dispõe dos recursos necessários para prosseguir a sua atividade no curto prazo, pelo que o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, mantém-se apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 18 de maio de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Luís Miguel Baptista da Costa, ROC